

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

■ Questão 26

"(...) pessoa jurídica de direito privado, instituída pelo poder público mediante autorização de lei específica, com capital exclusivamente público, para a prestação de serviço público ou a realização de atividade econômica de relevante interesse coletivo, nos moldes da iniciativa particular, podendo revestir qualquer forma e organização empresarial."

Hely Lopes Meirelles. *Direito Administrativo Brasileiro*. 27.
ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2002 (com adaptações).

A entidade da administração pública descrita no texto apresentado trata-se de

- A** empresa pública.
- B** agência reguladora.
- C** sociedade de economia mista.
- D** agência executiva.

■ Questão 27

Assinale a opção que corresponde aos elementos do ato administrativo em que a discricionariedade é revelada.

- A** competência e forma
- B** competência e finalidade
- C** forma e objeto
- D** motivo e objeto

■ Questão 28

Considere que João tenha sido convidado para ser mesário eleitoral em sua cidade, tendo exercido a função durante todo o período eleitoral. Nessa situação hipotética, assinale a opção que corresponde ao tipo de agente público retratado.

- A** agente de fato
- B** agente político
- C** agente honorífico
- D** agente administrativo

■ Questão 29

Acerca de cargo, emprego e função públicos, julgue os itens subsequentes.

- I As funções de confiança só podem ser exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo e destinam-se, exclusivamente, às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- II Todo cargo tem função, mas pode haver função sem cargo.
- III Os cargos em comissão somente podem ser ocupados por pessoas que pertencem aos quadros funcionais da administração pública.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas os itens I e II estão certos.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.

■ Questão 30

O atributo do ato administrativo segundo o qual a administração pública pode impor seus atos independentemente da concordância do administrado, revelando-se faceta do poder extroverso do Estado é a

- A** tipicidade.
- B** imperatividade.
- C** autoexecutoriedade.
- D** presunção de legitimidade.

■ Questão 31

A respeito de agentes públicos, conforme a Lei de Improbidade Administrativa (com redação dada pela Lei n.º 14.230/2021), assinale a opção correta.

- A** O presidente da República é considerado um agente político e, portanto, não é um agente público.
- B** A remoção de ofício, no interesse da administração pública, do servidor público estatutário, que consiste em ato administrativo discricionário, dispensa motivação, ou seja, é desnecessário expor os fundamentos da decisão.
- C** A investidura em cargo ou emprego público depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.
- D** A administração pública, em caso de acumulação remunerada ilegal de cargos públicos, deverá tomar providências com brevidade, pois perderá o direito de rever a ilegalidade em cinco anos após conhecê-la.

■ Questão 32

No que tange aos poderes da administração pública, assinale a opção correta.

- A** A aplicação de sanções pelo órgão competente em decorrência do exercício do poder de polícia, visando à preservação do interesse público, é legítima quando o ato praticado está definido em lei como infração administrativa, sob pena de o agente público responsável incorrer em abuso de poder.
- B** O poder regulamentar é definido como o poder do administrador público de distribuir e escalar as funções dos entes públicos, ordenar e rever a função dos agentes públicos, de modo a organizar a função administrativa, o qual tem como desdobramento o poder de dar ordens, avocar atribuições e delegar competências.
- C** O recurso hierárquico próprio consubstancia o direito do interessado de requerer a revisão do ato ou da decisão à autoridade superior do órgão em que foi praticado o ato e depende de previsão legal, em atendimento ao princípio da legalidade.
- D** O poder disciplinar, resultante sempre do poder hierárquico, consiste no poder-dever de punir as infrações funcionais dos servidores públicos e dos demais indivíduos sujeitos à disciplina da administração pública.

■ Questão 33

Com fundamento na Lei n.º 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), assinale a opção correta.

- A** É inexigível a licitação quando for inviável a competição, como na contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, a exemplo dos serviços de publicidade e divulgação.
- B** A administração pública, nos dois anos posteriores à publicação oficial da nova lei, poderá optar por licitar ou contratar diretamente conforme a nova lei, a lei anterior (Lei n.º 8.666/1993), a Lei n.º 10.520/2002 (Lei do Pregão) ou a Lei n.º 12.462/2011, desde que a única opção escolhida esteja expressa no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta.
- C** É autorizada a combinação de diferentes modalidades de licitação, desde que feita com anuência expressa da autoridade competente e prevista no edital de licitação, em atendimento aos princípios da eficiência, do interesse público, da eficácia, da celeridade e da economicidade.
- D** São as seguintes as modalidades de licitação: pregão, concorrência, concurso, leilão, diálogo competitivo, tomada de preço e carta-convite.

Questão 34

Julgue os próximos itens, que tratam do controle da administração pública.

- I O controle político da administração pública refere-se à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, no tocante a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.
- II A administração pública pode anular o ato por ela realizado quando contaminado por vício de legalidade ou revogá-lo por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- III Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter, de forma integrada, sistema de controle interno, com a obrigação, por parte dos responsáveis, de comunicarem qualquer irregularidade ou ilegalidade de que tenham conhecimento ao Ministério Público Federal, sob pena de responsabilidade solidária.
- IV O exame da legalidade ou abusividade dos atos administrativos pelo Poder Judiciário, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não ofende o princípio da separação dos Poderes.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.

Espaço livre

Questão 35

A respeito da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens subsecutivos.

- I Jair, servidor público da prefeitura de Estância, durante seu expediente e no exercício de suas funções no órgão, irritou-se com João no interior da instituição e lhe desferiu socos e pontapés, porque João usava uma camiseta com as cores do arco-íris, símbolo LGBTQIA+. João ajuizou uma ação indenizatória contra o município, buscando a reparação por danos morais e materiais causados pela ação do agente público. Nesse caso, é objetiva a responsabilidade civil do município, que pode buscar o direito de regresso contra Jair.
- II As detentas Paula e Maria começaram uma briga, dentro do presídio feminino do estado de Sergipe, quando os agentes prisionais reunidos assistiam a uma *live* de um *influencer*. Devido à distração, eles demoraram a reagir e a apartar o conflito, que provocou a morte de Paula, ferida por um canivete em posse de Maria. A família de Paula ajuizou uma ação buscando a responsabilização civil do estado de Sergipe. Como a ação do estado foi omissiva, a responsabilidade civil do poder público será subjetiva.
- III A prefeitura de determinado município decidiu abrir um concurso público, para o qual contratou a empresa Muniz Concursos. Joaquim, colaborador dessa empresa, concedeu acesso antecipado e indevido às questões da prova a sua filha, para favorecer a sua aprovação. Após a realização do concurso, o Ministério Público denunciou a fraude da empresa organizadora, que culminou na anulação do certame pelo prefeito. Os candidatos desejam obter a restituição dos danos materiais sofridos (taxa de inscrição e custos de deslocamento). Nesse caso, embora a anulação do certame tenha ocorrido por ato do gestor público, gera a responsabilidade direta da empresa Muniz Concursos e a responsabilidade subsidiária do município.
- IV Maria estava caminhando distraída na rua e não percebeu a sinalização, claramente visível e perceptível, de uma obra pública municipal de manutenção que ocorria em uma via pública. Como Maria caiu e machucou-se, foi orientada por um advogado a entrar com ação indenizatória contra o município, que deveria, segundo ele, ter deixado guardas de plantão para vigiar o local e evitar acidentes, o que não fez. O advogado, cuja orientação está correta, afirma que a pretensão de Maria teria êxito, pois a teoria da responsabilidade civil do Estado adotada no Brasil é a do risco integral.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B II e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.

Questão 36

De acordo com a Lei Municipal n.º 2.145/2020, que instituiu o Plano Diretor Participativo do Município de Estância, no âmbito das políticas setoriais, aquela que visa preservar e valorizar o legado cultural transmitido pela sociedade, protegendo suas expressões material e imaterial é a

- A Política Municipal de Desenvolvimento Econômico.
- B Política Municipal de Saneamento Básico.
- C Política Municipal de Patrimônio Cultural.
- D Política Municipal de Habitação de Interesse Social.

Questão 37

Ainda com base na Lei Municipal n.º 2.145/2020, o território de Estância fica dividido em quatro macrozonas, sendo que aquela localizada na bacia hidrográfica do baixo curso do rio Piauí e na bacia costeira Cauêira/Abaís, que é uma porção do território com elevada suscetibilidade à ocupação, na qual se desenvolvem atividades econômicas de natureza extrativa, em especial a pesca, a mariscagem e a coleta de mangaba, as quais dependem fundamentalmente de proteção ao ambiente natural, é a

- A macrozona urbana central.
- B macrozona urbana da orla.
- C macrozona rural de interesse socioambiental.
- D macrozona rural de desenvolvimento sustentável.

Questão 38

De acordo com a Lei Municipal n.º 2.145/2020, o Plano Diretor Participativo do Município de Estância deverá ser revisto no

- A prazo máximo de cinco anos e abrange a totalidade do território do município.
- B prazo máximo de dez anos e abrange a totalidade do território do município.
- C prazo máximo de cinco anos e abrange somente o perímetro urbano do município.
- D prazo máximo de cinco anos e abrange somente o perímetro rural do município.

Questão 39

Observada a Lei municipal n.º 2.146/2020, a penalidade de embargo será aplicada a obra ou serviço executado em logradouro público no caso de

- A inexistência de autorização.
- B impossibilidade de regularização da atividade.
- C cassação do documento de autorização.
- D risco à segurança dos pedestres e veículos.

Questão 40

Com base nas disposições da Lei municipal n.º 2.146/2020 acerca dos resíduos, assinale a opção correta.

- A coleta de resíduo sólido proveniente de atividade residencial deve ser realizada pelo proprietário do imóvel.
- B A penalidade a ser aplicada na hipótese de disposição de resíduo de qualquer natureza em local não autorizado será agravada quando a infração ocorrer em áreas de mangues.
- C A coleta de resíduo industrial deve ser executada pelo Executivo municipal ou por empresa especializada vencedora de certame licitatório.
- D É vedada a pena de perdimento de bens no caso de infrações à citada lei municipal e aos regulamentos relativos aos resíduos sólidos.

Espaço livre